

## A POSSIBILIDADE DE EXISTÊNCIA DE UMA TEORIA DA RESPONSABILIDADE MORAL NA *ÉTICA À NICOMACO*: UM DEBATE ACERCA DO DETERMINISMO E DA LIBERDADE A PARTIR DA LEITURA DE BRICKHOUSE

### *THE POSSIBLE EXISTENCE OF A THEORY OF MORAL RESPONSIBILITY IN NICOMACHEAN ETHICS: A DEBATE ON DETERMINISM AND FREEDOM FROM A READING OF BRICKHOUSE*

**Ataulpa Godolphim Feijó**

Universidade Federal de Pelotas (UFPel) – Brasil  
ataulpa.feijo@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo visa, a partir da leitura de Brickhouse, demonstrar que a professora Jean Roberts faz uma leitura errônea da *Ética Nicomaquéia* ao sustentar que Aristóteles não estaria apresentando uma concepção de responsabilidade moral, mas apenas estaria defendendo a concepção platônica, a qual afirma que o vício é fruto da ignorância. De forma que buscar-se-á negar o determinismo defendido por Roberts – determinismo este que afirma que a formação infantil do agente é o fator eminentemente determinante do caráter. Assim, buscar-se-á também defender a existência de *liberdade* no processo decisório do agente, uma vez que a responsabilidade moral reside, em última instância, em sua capacidade deliberativa.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Moral. Determinismo. Liberdade.

**Abstract:** *The aim of this article is, from a reading of Brickhouse, to show that Professor Jean Roberts doesn't provide an accurate reading of the Nicomachean Ethics, since she holds that Aristotle doesn't present a moral responsibility view, but rather defends the Platonic view that vice is a result of ignorance. Thus, this article seeks to deny the determinism advocated by Roberts – which holds that agent's childhood formation is the chief determinant factor of character. In this way, we also seek to advocate the existence of freedom in the agent's decision making, as the moral responsibility is, in the last instance, in his deliberative capacity.*

**Keywords:** *Moral Responsibility. Determinism. Freedom.*

\*\*\*

## I

É possível afirmarmos que, na *Ética Nicomaquéia* (*EN*), Aristóteles apresenta uma concepção determinista? Ou seja, Aristóteles estaria afirmando que a formação infantil é um fator determinante para a aquisição do estado de caráter, de forma que a ação má deveria ser atribuída à ignorância? Ora, se assim fosse, seríamos obrigados a afirmar que não existe uma concepção de responsabilidade moral na *EN*, mais especificamente no livro iii, capítulo 5. Se realizarmos uma leitura atenta deste trecho constataremos que a todo momento o autor faz alusões à responsabilidade moral dos agentes. Aristóteles afirma constantemente que ‘depende de nós’ (*eph'hemin*) agir bem ou agir mal (1113b6; 1114a30). Ao que parece, somente estas passagens, tomadas isoladamente, teriam força para sustentar uma concepção de responsabilidade moral, de forma que todas as demais passagens deveriam ser lidas à sua luz, tamanha a clareza e objetividade do Estagirita.

Sendo assim, por que, então, a responsabilidade moral seria um problema? Na verdade existem trechos nos quais Aristóteles faz alusão à importância da formação infantil para o subseqüente estado de caráter (1103b 14-25). E, existem passagens nas quais Aristóteles fala de uma segunda natureza (1152a 32-33). Assim, se o indivíduo é ensinado a desejar e praticar

o mal, ele assim o faria e, a prática reiterada de ações torpes conduziria a um estado de caráter tão fortemente arraigado em seu ser, que consistiria em sua segunda natureza. Desta maneira, segundo Roberts, a tese do determinismo – a qual afirma que a formação infantil é o fator *sine qua non* para a formação e fixidez do caráter - estaria amparada no texto aristotélico. Contudo, ao analisarmos tais passagens, constataremos que elas não têm condições de sustentar uma tese determinista, uma vez que não podem ser lidas de maneira isolada, mas sim, em conjunto com o restante da obra, na qual preponderam passagens que defendem uma teoria da responsabilidade moral.

E, vale dizer que este artigo dedicar-se-á à constatação e defesa da existência de uma teoria da responsabilidade moral na *EN* e não à possibilidade de mudança de caráter, a partir do momento que este já está fixado. Nesse ínterim, buscar-se-á constatar em que medida um agente pode ser responsabilizado, ou seja, em que medida a responsabilidade moral de seus atos pode ser-lhe imputada, independentemente de sua formação e independentemente de seu caráter já estar fixado.

A professora Jean Roberts em seu artigo *Aristotle on Responsibility for Action and Character* defende um determinismo na ética aristotélica, especialmente no tocante à responsabilidade moral. Ela afirma que a formação infantil é um fator determinante para o caráter que o agente virá a ter na fase adulta. Assim, se o agente foi habituado no vício ele não terá meios para agir diferentemente, ou seja, de maneira virtuosa. Contudo, Roberts parece não dedicar o merecido cuidado com o qual algumas passagens precisam ser lidas, como por exemplo a passagem (1103b 14-25), na qual Aristóteles embora ressalte a importância da habituação infantil, em nenhum momento atribui um caráter determinante para tal fator. Ao que parece, o autor está afirmando que a formação infantil facilita a prática da virtude, e não que tal formação determina irrevogavelmente o futuro estado de caráter. Do contrário, Aristóteles e Platão – como pretende Roberts – não teriam diferenças fundamentais quanto à responsabilidade moral. Ora, isso não parece correto.

Thomas C. Brickhouse, por sua vez, a fim de demonstrar que a leitura de Roberts é errônea busca, exegeticamente demonstrar o erro da leitura determinista e apresenta passagens da *EN* que claramente sugerem que Aristóteles, apesar de considerar a formação infantil um fator importante, não considera este um fator determinante para o caráter do agente, uma vez que, ao atingir a idade da razão o agente é capaz de deliberar sobre os meios para a realização de fins, de forma que nesta capacidade deliberativa residiria a responsabilidade moral do agente.

Buscaremos apresentar aqui o debate entre Roberts e Brickhouse e, com base textual, buscaremos defender a leitura deste último, a qual postula a existência de uma teoria da responsabilidade moral em Aristóteles, teoria a qual é negada pelo determinismo de Roberts.

## II

Roberts defende que as concepções de Aristóteles e de Platão não são substancialmente diferentes. Platão defende que nenhum agente pratica o mal de maneira voluntária, mas sim devido à ignorância. Vejamos o que ela afirma:

Eu argumentarei que Aristóteles não tem uma posição, sobre a ação voluntária, radicalmente diferente da de Platão. As diferenças inegáveis se

mostrarão ser relativamente sem importância e certamente não trazem consigo uma concepção nova de responsabilidade moral<sup>1</sup>.

Vê-se que a autora busca negar a existência de uma teoria da responsabilidade moral em Aristóteles e, para tanto afirma que a concepção de *voluntário* que Aristóteles apresenta não tem nada a ver com responsabilidade moral, de modo que Aristóteles não estaria interessado em questões de imputação de responsabilidade, mas apenas estaria interessado em identificar, através do termo *voluntário*, ações que seriam afetadas por louvor e censura<sup>2</sup>. Vejamos o que diz Aristóteles, sobre o termo ‘voluntário’, na passagem de *EN* 1110a 15-18:

Ora, ele [o homem] age voluntariamente, uma vez que o princípio – que move as partes do corpo, as quais são instrumentos da ação – está nele.; e, se o princípio da ação está nele, então, depende dele praticar ou não praticar uma ação<sup>3</sup>.

Vemos que na da tradução (da *EN*) feita por Terence Irwin o termo ‘willingly’ surge como sinônimo do termo ‘voluntariamente’, referindo-se, assim, ao termo grego original *Τὸ ἑκούσιον*, ou seja ‘voluntário’. Isso demonstra que, ao que parece, fica claro que Aristóteles tem uma concepção de *Τὸ ἑκούσιον* muito estrita, como sendo um termo que indica ações praticadas de maneira consciente por homens que estão em pleno uso de suas faculdades racionais. Desta maneira, a visão de Roberts quanto ao termo ‘voluntário’ acarreta consequências nefastas para a leitura da *EN*, uma vez que nega a possibilidade de existência de uma teoria da responsabilidade moral em Aristóteles. Roberts defende que um agente que age mal o faz por ignorância, uma vez que não foi ensinado a agir bem<sup>4</sup>. Neste ponto surge Brickhouse com sua defesa da existência de uma teoria da responsabilidade moral. Vejamos o que afirma Brickhouse:

Nesta discussão eu pretendo mostrar que embora Roberts esteja correta em apontar para o fato de que, em certo sentido, Aristóteles concorda com Platão a respeito do vício ser involuntário, sua alegação mais interessante – a de que Aristóteles em nenhum lugar avança em direção de uma noção reconhecível de responsabilidade moral – é errada (Roberts 1989, 23). Contra Roberts eu argumentarei que a teoria aristotélica do desenvolvimento do caráter requer a existência de um ponto a partir do qual um adulto tenha a capacidade de escolher ou não escolher executar as ações que produzem ou mantêm um estado de caráter; e que se um agente executa ou não as ações que produzem um estado de caráter tal escolha deve ser explicada em termos de capacidade de escolha do agente – escolha que não podem, por sua vez, serem explicadas através da habituação infantil do agente ou através de qualquer coisa que esteja para além do controle do agente. Mas diferentemente daqueles que encontram uma teoria da responsabilidade moral em *EN* iii 5, eu argumentarei que a contribuição que um agente faz à aquisição voluntária do estado de caráter não é uma escolha fictícia entre

---

<sup>1</sup> ROBERTS, 1989, p. 23. “I Will argue that Aristotle does not in fact have a position on voluntary action importantly different from Plato’s. The undeniable differences will turn out to be relatively inessential and certainly do not bring with them a new conception of moral responsibility.”

<sup>2</sup> Cf. ROBERTS, 1989, p. 25.

<sup>3</sup> ARISTÓTELES, *NE* 1110a 15-18. (Tradução de Terence Irwin). “Now in fact he does it willingly. For in such actions he has within him the principle of moving the limbs that are the instruments [of the action]; but if the principle of the actions is in him, it is also up to him to do them or not to do them.”

<sup>4</sup> Cf. ROBERTS, 1989, p.25.

vício e virtude, mas sim configura sua escolha (escolha do agente) das ações pelas quais um estado de caráter é produzido<sup>5</sup>.

Nesta longa citação Brickhouse deixa claro que a formação infantil não pode ser tida como um ponto determinante para o curso do caráter, de forma que o determinismo sustentado por Roberts, ao que parece, não tem uma base razoável de sustentação. Desta forma, um agente que atinge a idade da razão está capacitado para mudar o curso de sua ação, independentemente da formação que tenha recebido. Contudo, não pretendemos demonstrar a possibilidade de mudança de caráter, de maneira que a responsabilidade moral, que é citada aqui, refere-se ao momento posterior à infância do agente e anterior à formação efetiva de seu caráter. Conforme Aristóteles e através da leitura de Brickhouse, podemos afirmar seguramente que existe uma etapa na vida do agente na qual este pode agir de acordo com sua deliberação e de maneira independente de sua formação infantil. Assim, nosso foco se dá sobre este período e não sobre o período em que o caráter do agente já está consolidado.

Na passagem da *EN* 1109b 30-32 Aristóteles claramente liga voluntariedade ao louvor e a censura, o que sugere uma concepção de responsabilidade moral:

Visto que a virtude diz respeito às paixões e às ações, e é às paixões e ações voluntárias que se dispensa louvor e censura, enquanto as involuntárias merecem perdão e às vezes piedade. Dessa maneira, ao analisarmos a virtude nós precisamos definir o voluntário e o involuntário. Tal definição também será útil para os legisladores a fim de que possam distribuir honras e castigos<sup>6</sup>.

Nesta passagem Aristóteles claramente afirma que ações voluntárias acarretam louvor e censura e, conseqüentemente, os agentes que as praticam podem ser moralmente responsabilizados. Contudo, Roberts, ao que parece não vê nessa passagem da *EN* nenhuma concepção de responsabilidade moral, uma vez que ela sustenta que ações voluntárias não podem sofrer tal imputação de responsabilidade. Vejamos o que afirma Brickhouse:

Roberts, todavia, argumenta que a definição aristotélica de *Tò ἔκρούσζον* (1111a23-24) não passa de uma maneira mascarada de afirmar que um certo tipo de ações requer uma espécie peculiar de explicação – uma explicação em termos das crenças e desejos do agente individual, enquanto oposta a uma explicação em termos da natureza do agente ou de alguma circunstância relevante para a ocorrência da ação que conferiu sua realização não intencional<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> BRICKHOUSE, 1991, p. 138. “In this discussion, I wish to show that although Roberts is correct in pointing out that there is a sense in which Aristotle agrees with Plato that vice is involuntary, her more interesting claim – that Aristotle nowhere ‘takes a large step...towards a recognizable notion of moral responsibility’ – is mistaken (Roberts 1989, 23). Against Roberts I shall argue that Aristotle’s theory of character-development requires there be a point when an adult has the capacity to perform or not perform the actions by which a state of character is produced or maintained and that whether or not an agent perform the requisite character-producing actions is to be explained in terms of the agent’s choices – choices which cannot, in turn, be explained by the agent’s childhood habituation or anything else beyond his control. But unlike others who find a theory of moral responsibility in *NE* iii 5, I shall argue that the contribution an agent makes to the voluntary acquisition of state of character is not some fictive choice between virtue and vice, but rather is his selection of the actions by which a state of character is produced.”

<sup>6</sup> ARISTÓTELES, *NE* 1109b 30-32. (Tradução de Terence Irwin). “Virtue, then, is about feelings and actions. These receive praise or blame if they are voluntary, but pardon, sometimes even pity, if they are involuntary. Hence, presumably, in examining virtue we must define the voluntary and the involuntary. This is also useful to legislators, both for honors and for corrective treatments.”

<sup>7</sup> BRICKHOUSE, 1991, p. 138. “Roberts, however, argues that Aristotle definition of *Tò ἔκρούσζον* (1111a23-24) is note more than a disguised way of asserting that a certain range of actions requires a particular sort of explanation – an explanation in terms of the beliefs and desires of the *individual* agent, as opposed to an

Assim, Roberts sustenta que o termo *Τὸ ἐκούσζον* não contém o significado de responsabilidade moral. Para ela este seria um termo que definiria apenas uma espécie de ações que são afetadas por louvor e censura. Ao negar a responsabilidade moral, Roberts aposta no determinismo, ou seja, ela afirma que o caráter do agente é fruto direto de sua formação infantil, de forma que, após a infância, já não é mais possível que o agente aja de maneira diferente daquela com a qual foi habituado.

Roberts parece buscar apoio na passagem de *EN* 1103b 14-25, na qual Aristóteles afirma que é importante que o agente adquira bons hábitos desde a juventude:

Acontece o mesmo, então, com as virtudes. Porque aquilo que nós fazemos em nossa conduta com outras pessoas faz alguns de nós justos, outros injustos; aquilo que nós fazemos em situações tenebrosas, bem como os hábitos de medo e confiança que adquirimos, tornam alguns de nós corajosos e a outros covardes. [...] Para resumir em ma única sentença: um estado [de caráter] resulta da [repetição] de atividades similares. Por esse motivo, nós devemos executar as atividades corretas, uma vez que as diferentes atividades implicam diferentes estados. Não deixa de ser importante, então, adquirir uma espécie ou outra de hábito desde a juventude. Pelo contrário, isto é muito importante, alias, é tudo o que importa<sup>8</sup>.

Ora, Aristóteles indica que a habituação é importante, ou seja, é aquilo que fazemos que nos torna viciosos ou virtuosos. Mas, em nenhum momento o autor afirma que a formação infantil é determinante para a constituição do caráter. Assim, poderíamos interpretar a concepção de responsabilidade moral da *EN* de modo que tal concepção sustentasse que, independentemente da formação infantil que o agente tenha recebido, ao chegar na idade da razão – o que corresponderia à juventude – o agente poderia escolher quais atos deve praticar. Sendo somente a partir desse momento que a segunda natureza iria realmente se formar. Vejamos o que diz Aristóteles em 1152a 32-33:

Desta maneira, o motivo de o hábito ser também dificilmente modificado é que ele se apresenta como uma natureza; como Eunenum diz, ‘Eu te digo meu amigo: o hábito é um treinamento reiterado, e por fim, o treinamento coincide com a natureza para os seres humanos<sup>9</sup>’.

De acordo com essa passagem devemos entender que a prática repetida de ações se torna um hábito e que tal hábito se converte em uma natureza, ou seja, adquire fixidez. Desta forma que, ao que parece, uma vez que o caráter está formado, torna-se muito difícil modificá-lo. Se adotássemos a postura de Roberts, afirmariamos que, visto que o caráter foi formado na infância, o agente que foi ensinado a agir mal não pode ser responsabilizado, uma vez que a causa de sua má formação era exterior a ele. Vejamos uma passagem que nos permitem fazer uma leitura que corrobora a existência de uma concepção de responsabilidade moral na *EN*:

---

explanation in terms of the nature of the agent or some circumstance relevant to the occurrence of the action that rendered its performance unintentional.”

<sup>8</sup> ARISTÓTELES, *NE* 1103b 14-25. (Tradução de Terence Irwin). “It is the same, then, with the virtues. For what we do in our dealings with other people makes some of us just, some unjust; what we do in terrifying situations, and the habits of fear or confidence that we acquire, make some of us brave and others cowardly. [...] To sum it up in a single account: a state [of character] results from [the repetition of] similar activities. That is why we must perform the right activities, since differences in these imply corresponding differences in the states. It is not unimportant, then, to acquire one sort of habit or another, right from youth. On the contrary, it is very important, indeed all-important.”

<sup>9</sup> ARISTÓTELES, *NE* 1152a 32-33. (Tradução de Terence Irwin). “Indeed the reason why habit is also difficult to change is that it is like nature; as Eunenum says, ‘Habit, I say, is longtime training, my friend, and in the end training is nature for human beings.’”

[Somente] uma pessoa totalmente insensível não saberia que um determinado tipo de atividade é a fonte de um estado (de caráter) correspondente. Portanto se alguém faz aquilo que sabe que o tornará injusto, tal pessoa é voluntariamente injusta<sup>10</sup>.

Parece claro que Aristóteles está apontando para uma concepção de responsabilidade moral, uma vez que ele afirma que o agente é responsável pela prática de ações que tornarão seu caráter vicioso ou virtuoso. Assim, em um primeiro momento, podemos afirmar que, mesmo que a mudança de caráter não fosse possível, o agente seria responsável pela formação de seu caráter. A passagem supracitada da *EN* sugere que um agente adulto – independente da formação que tenha recebido na infância, tem a capacidade de escolher a espécie de ações a serem praticadas, podendo tal agente ser moralmente responsabilizado. E é a agentes adultos que Aristóteles se refere – adultos, sadios, capazes de razão – e não a crianças ou animais, de forma que um agente adulto pode ser moralmente responsabilizado. E tal responsabilidade moral vem sendo defendida pela maior parte dos comentadores, Brickhouse denomina esta leitura de *standard interpretation*<sup>11</sup>.

Segundo Brickhouse, Roberts parece sugerir que tal interpretação *standard* da *EN* acarreta alguns problemas, entre eles podemos citar o fato de que Aristóteles atribui bastante importância para a formação infantil, de forma que, se a interpretação *standard* da *EN* estiver correta, Aristóteles estaria se contradizendo, uma vez que segundo Roberts a formação infantil é determinante para o curso da ação.

Conforme vimos anteriormente, Roberts concentra-se passagem, da *EN* 1103b 14-25 – na qual Aristóteles afirma, conforme vimos, que é importante adquirirmos bons hábitos desde a juventude - para sustentar que a formação infantil é determinante para o curso da ação. Assim, qualquer leitura que sustentasse uma teoria da responsabilidade moral na *EN* seria errônea, uma vez que contradiria as afirmações do próprio Aristóteles.

Brickhouse diz que:

Este é o ultimo ponto – a insistência de Aristóteles em afirmar que a maneira pela qual nós fomos educados ‘faz toda a diferença’ (1103b 24-25) – que, conforme Roberts, revela o determinismo rígido implícito na teoria aristotélica do desenvolvimento moral. Seria difícil enxergar porque Aristóteles pensaria que o treinamento moral infantil é tão crucial para o subsequente desenvolvimento de caráter, a menos que ele pensasse que aquilo que os adultos têm como sendo o bem é produto daquilo que lhes foi ensinado a valorizar quando crianças. Ao invés de acreditar que Aristóteles simplesmente não compreendeu as conseqüências óbvias de sua própria teoria do desenvolvimento moral, Roberts argumenta que nós devemos interpretar Aristóteles como se este estivesse afirmando que atos voluntários são simplesmente atos que refletem valores habituais, e não atos que poderiam ter sido praticados de outra maneira<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> ARISTÓTELES, *NE* 1114a 9-10. (Tradução de Terence Irwin). “[Only] a totally insensible person would not know that a given type of activity is the source of the corresponding state; Hence If someone does what he knows will make him unjust, he is willingly unjust.”

<sup>11</sup> BRICKHOUSE, 1991, p. 139.

<sup>12</sup> BRICKHOUSE, 1991, p. 139. “It is the last point – Aristotle’s insistence that how we are brought up makes ‘all the difference’ (1103b 24-25) – that, according to Roberts, reveals the rigid determinism implicit in Aristotle’s theory of moral development. It is difficult to see why Aristotle would think that early moral training is so crucial to subsequent character development unless he thought that what adults take to be the good is the product of what they have taught to value as children. Rather than believing that Aristotle simply did not grasp the obvious consequences of his own moral theory of moral development, Roberts argues that we should take

Contudo, Aristóteles afirma em *EN* 1113b 7-8 que agir bem ou mal é algo que ‘*depende de nós*’, de maneira que poderíamos concluir sumariamente que existe a possibilidade de mudança de caráter na *EN*. Desta maneira, mesmo se concordássemos com o fato de que depois que o caráter está formado torna-se muito difícil modificá-lo – senão impossível – poderíamos, ainda assim, concluir a partir da leitura do texto aristotélico, que não é a formação infantil que determina o caráter, mas sim as escolhas feitas pelo agente no momento em que este encontra-se em uma idade na qual a razão já está formada e atuante – o que corresponderia à juventude.

Na passagem de *EN* 1180a 2ss Aristóteles parece deixar claro que a habituação infantil não é determinante para o curso do caráter:

Podemos concluir que não basta que recebam a criação e a atenção corretas quando são jovens: pelo contrário, eles devem continuar a praticar as mesmas coisas a fim de estarem habituados a elas quando se tornarem adultos. Desta maneira, precisamos de leis que digam respeito até esta idade e, de maneira geral, até a vida inteira<sup>13</sup>.

Poderíamos afirmar que as passagens da *EN* nos levam a concluir que a formação infantil pode até mesmo facilitar a prática da virtude – uma vez que gera uma propensão ao bem ou ao mal – mas não que tal propensão tenha caráter determinante para o estado de caráter subsequente, uma vez que, ao atingir a idade da razão, o agente pode escolher o rumo de seus atos.

Nesse ínterim Brickhouse apresenta a passagem de *EN* 1113b 7-8 onde Aristóteles ressalta o termo ‘*depende de nós*’ (*Ἐφ’ ἡμῶν*): “Portanto, a virtude depende de nós, e, da mesma maneira, o vício. Pois quando o agir depende de nós, também o não agir depende, e quando o não depende de nós, da mesma forma depende o sim<sup>14</sup>”. Nesta passagem Aristóteles parece deixar claro que virtude e vício dependem da decisão do agente, assim, este trecho vai de encontro à posição determinista de Roberts. Mas, segundo Brickhouse, nem mesmo esta passagem explícita na qual Aristóteles defende *Ἐφ’ ἡμῶν* consegue dissuadir Roberts em seu propósito determinista. Vejamos o que afirma Brickhouse:

Roberts argumenta que Aristóteles utiliza essa expressão meramente para apontar que, diferentemente daquilo que procede de nossa natureza, as ações voluntárias não são necessárias: elas poderiam ser realizadas de outra maneira *a princípio*. Entretanto, elas teriam sido de outra maneira somente se nós tivéssemos recebido um treinamento moral infantil diferente daquele que nós de fato recebemos. Mas isso, Roberts conclui, somente mostra que em *EN* iii 5 Aristóteles não está apresentando uma teoria da responsabilidade moral, mas sim está defendendo a visão, já apresentada na *Ética Nicomaquéia*, que a qualidade da habituação moral que alguém recebe é criticamente importante para o tipo de pessoa que tal sujeito se tornará<sup>15</sup>.

---

Aristotle to be saying that voluntary acts are simply acts reflecting habituated values, not acts that could have been chosen otherwise.”

<sup>13</sup> ARISTÓTELES, *NE* 1180 a 2 ss. (Tradução de Terence Irwin). “Presumably, however, it is not enough if they are get the correct upbringing and attention when they are young; rather, they must continue the same practices and be habituated to them when they become men. Hence we need laws concerned with these things also, and in general with all of life.”

<sup>14</sup> ARISTÓTELES, *NE* 1113b 7-8. (Tradução de Terence Irwin). “Hence virtue is also up to us, and so also, in the same way, is vice. For when acting is up to us, so is not acting, and when no is up to us, so is yes.”

<sup>15</sup> BRICKHOUSE, 1991, p. 140. “Roberts argues that Aristotle uses this expression merely to point out that, unlike what proceeds from our nature, voluntary actions are not necessary: they could have been otherwise *in principle*. Indeed, they would have been otherwise if only we had received a different early moral training from what we in fact received. But this, Roberts concludes, only shows that in *NE* iii 5 Aristotle is not advancing a

Ora, parece evidente que Roberts faz uma leitura inapropriada do livro iii da *EN*, uma vez que Aristóteles fala claramente em uma concepção de responsabilidade moral, não tendo a formação infantil um papel determinante para a formação do caráter que o agente virá a ter. Isso não quer dizer que Aristóteles não de importância para a formação infantil, mas sim, apenas que tal formação não desempenha um papel determinante e determinista conforme Roberts sustenta.

Prosseguindo, Brickhouse afirma que Aristóteles concorda com Platão a respeito do vício ser uma desordem psíquica, mas – ainda segundo Brickhouse - em *EN* iii 5 Aristóteles afirma que não é adequado pensarmos que aqueles que vieram a se tornar viciosos chegaram a tal estado de maneira involuntária<sup>16</sup>. Assim, Brickhouse enfatiza que existe sim uma teoria da responsabilidade moral na *EN* iii 5, uma vez que Aristóteles na passagem 1114 a 12-20 apresenta a concepção de ‘*a princípio*’ (*ἀρχή*):

Além disso, não é razoável, para alguém que pratica a injustiça, não desejar ser injusto; ou para alguém que pratica ações intemperantes não desejar ser intemperante. Isso não significa, todavia, que uma vez que alguém tenha se tornado injusto e deseje não mais sê-lo, que este alguém conseguirá se tornar justo. Assim como uma pessoa doente não pode recuperar sua saúde, uma vez que tal pessoa está voluntariamente doente por viver de maneira incontinente e desobedecer aos médicos. Embora ela fosse livre para não ter se tornado doente, ela não é mais livre para deixar de ser doente, da mesma maneira que uma pessoa que jogou uma pedra – uma vez que a princípio dependia dela – não pode mais recuperá-la após ela ter sido jogada. Assim, a pessoa que é [agora] injusta ou intemperante era livre, no início, para não adquirir tal caráter, de forma que tal sujeito o adquiriu voluntariamente, embora uma vez que ele adquiriu o caráter, ele não é mais livre para escolher não tê-lo [agora]<sup>17</sup>.

Esta importante e reveladora passagem do texto aristotélico corrobora o que já foi afirmado por Brickhouse, a saber, que ‘*a princípio*’ estava em poder do agente tornar-se vicioso ou virtuoso, de forma que o agente age voluntariamente na formação de seu caráter. E, esta passagem revela ainda que, uma vez que o agente adquire um estado de caráter, já não lhe mais possível mudar, o que sugere que após um estado de caráter ser formado ele adquire fixidez, afirmação esta que – tomada isoladamente - bem poderia servir de base para a tese determinista de Roberts.

Vale ressaltar que, apesar das evidências em contrário, Roberts segue sustentado a posição determinista. Para Roberts a passagem da *EN* supracitada apenas quer dizer que uma criança que foi educada de certo modo poderia ter sido educada de outra maneira e, assim, não ter desenvolvido o vício. Assim, Roberts interpreta o termo *ἀρχή* como sendo o ‘*a*

---

theory of moral responsibility, but rather is defending the view, already announced in the *Nicomachean Ethics*, that the quality of moral habituation one receives is critically important to the kind of person one later becomes.”

<sup>16</sup> *Id.* p. 141.

<sup>17</sup> ARISTÓTELES, *NE* 1114a 12ss. (Tradução de Terence Irwin). “Further, it is unreasonable for someone doing injustice not to wish to be unjust, or for someone doing intemperate action not to wish to be intemperate. This does not mean, however, that if he is unjust and wishes to stop, he will thereby stop and be just. For neither does a sick person recover his health [simply by wishing]; nonetheless, he is sick willingly, by living incontinently and disobeying the doctors, if that was how it happened. At the time, then, he was free not to be sick, though no longer free once he has let himself go, just as it was up to someone to throw a stone, since the principle was up to him, though he can no longer take it back once he has thrown. Similarly, then, the person who is [now] unjust or intemperate was originally free not to acquire this character, so that he has it willingly, though once he has acquired the character, he is no longer free not to have it [now].”

princípio’ da educação do agente e não o ‘a princípio’ onde o agente – adulto e em pleno uso de suas faculdades racionais – tinha o poder de escolher tornar-se uma pessoa ou outra.

Nesse ínterim Brickhouse apresenta a passagem 1114b 30, a qual, segundo o autor, Roberts *falhou em notar*:

Ações e estados, todavia, não são voluntários da mesma maneira. Uma vez que nós estamos no controle do início ao fim quando nós conhecemos os particulares. No tocante aos estados, contudo, nós estamos no controle a princípio, mas não sabemos, assim como não sabemos o desenvolvimento gradual da doença, qual o efeito cumulativo que as ações particulares terão. Todavia, uma vez que dependia de nós exercer uma capacidade de uma maneira ou de outra, os estados são voluntários<sup>18</sup>.

Assim, os estados de caráter são voluntários devido ao fato de que ‘a princípio’ o agente tinha como agir de uma maneira ou de outra, ou seja, ele era senhor de suas escolhas. Desta forma, ao que parece, Aristóteles a todo momento defende uma concepção de responsabilidade moral em *EN* iii 5, de maneira que a escolha do agente não é determinada por sua formação prévia. A partir da leitura dos trechos anteriormente citados da *EN* e a partir da leitura do texto de Brickhouse parece ficar claro o papel ‘forte’ da razão em Aristóteles, ou seja, Aristóteles parece estar dizendo que: um agente que atinge a idade da razão tem a capacidade de determinar o curso de seu caráter, de forma que a formação infantil – embora tenha certa importância – não desempenha um papel decisivo para a escolha do agente. O que nos leva a crer que Aristóteles pensa que um agente adulto que está em pleno uso de suas faculdades racionais tem tudo o que é necessário para determinar o curso de sua ação. Assim, a racionalidade é tudo que o agente necessita para agir bem, de forma que a formação infantil não pode ser vista como a pedra fundamental para o ancoramento de uma leitura determinista.

Brickhouse ainda sustenta que, para Aristóteles, os eventos ocorridos na infância do agente têm efeito sobre o futuro caráter do mesmo. De forma que as crianças agem de maneira voluntária, mas não se trata aqui de uma concepção de ‘voluntário’ igual à de um agente adulto, uma vez que as crianças não têm consciência das consequências de seus atos. Neste ponto Roberts sustenta que mesmo quando o agente adulto está consciente dos efeitos que seus atos acarretarão sobre o desenvolvimento de seu caráter, tal consciência não tem o mérito de alterar o curso do desenvolvimento moral do agente, uma vez que seu caráter já está determinado, já foi construído. Assim, a todo momento Roberts busca reduzir a concepção de responsabilidade moral contida na *EN* iii 5 a um platonismo infundado. Ora, esta é uma concepção errônea e reducionista da *EN* iii 5, uma vez que, como pode-se perceber, Aristóteles apresenta variadas passagens nas quais é defendida uma teoria da responsabilidade moral.

Segundo Brickhouse, o *ἀπXή* que Aristóteles tem em mente só ocorre depois da infância, de forma que o filósofo grego está se referindo a um agente adulto que faz pleno uso de suas faculdades racionais. De forma que a formação infantil, conforme já afirmado anteriormente, não é um fator decisivo para o curso da ação do agente.

Prosseguindo, Brickhouse chama a atenção para dois fatores importantíssimos para podermos compreender a defesa aristotélica de uma teoria da responsabilidade moral.

---

<sup>18</sup> ARISTÓTELES, *NE* 1114b 30 1115a 3 (Tradução de Terence Irwin). “Actions and states, however, are not voluntary in the same way. For we are in control from the beginning to the end, when we know the particulars. With states, however, we are in control of the beginning, but do not know, any more than with sickness, what the cumulative effect of particular actions will be. Nonetheless, since it was up to us to exercise a capacity either this way or another way, states are voluntary.”

O primeiro ponto já foi apresentado anteriormente, de forma que Brickhouse está ressaltando-o, a saber: ‘a princípio’ (*ἀρχή*) o agente vicioso tinha a capacidade de escolher não desenvolver tal estado de caráter<sup>19</sup>. E o segundo, mas não menos importante, é o fato que embora um agente tenha sido habituado a um sistema de fins ele não irá alcançar estes fins de maneira automática, ou seja, ele precisará deliberar sobre os meios para alcançar tais fins. Assim, um agente que foi ensinado a ser vicioso na infância não irá praticar o vício de maneira imediata na fase adulta, uma vez que precisará deliberar para poder praticar ações viciosas e uma tal deliberação requer prática. Desta forma, vale citarmos a passagem de *EN* 1112b 12: “*Nós não deliberamos sobre os fins, mas sim sobre aquilo que promove os fins*”<sup>20</sup>. Aristóteles claramente afirma que a deliberação concerne aos meios para a realização da ação, de forma que, mesmo que o agente pretenda agir através de um sistema de fins anteriormente formado, ele precisa escolher os meios, ou seja, escolher de que maneira praticar a ação viciosa ou virtuosa. E, em tal deliberação consistiria a responsabilidade moral do agente, uma vez que somente um agente adulto e em pleno uso de suas faculdades racionais é capaz de deliberar, de forma que sua deliberação resulta em uma escolha consciente e refletida e, portanto imputável. Contudo, podemos concordar com esta afirmação de Brickhouse somente na medida em que ela sugere que um adulto, ou seja, em uma fase posterior à infância e anterior à formação plena do caráter, pode ser moralmente responsabilizado devido à sua capacidade deliberativa.

Assim, seguindo a leitura de Brickhouse, para Aristóteles os estados de caráter são voluntários independentemente da origem dos fins, ou seja, independentemente da formação que o agente tenha recebido. Tal voluntariedade se dá em virtude da capacidade deliberativa dos agentes: todo agente que é capaz de deliberar sobre os meios é imputável moralmente, uma vez que em tal deliberação reside a liberdade para agir de uma maneira ou de outra. De forma que, uma ação má merece correção e até mesmo punição, uma vez que agir bem ou mal está em poder do agente. Ora isso vai claramente e de forma direta de encontro à concepção determinística de Roberts.

### III

A partir do que foi acima exposto podemos chegar à conclusão que: independentemente da formação que o agente venha a ter recebido na infância, ele é imputável moralmente. Isso se deve ao fato de que:

(i) Havia um princípio (*ἀρχή*) no qual era possível ao agente escolher que tipo de ação executar. A princípio, ou seja, antes de ao agente ter se tornado vicioso, estava em seu poder o agir bem, de forma que o agente – que está em pleno uso de suas faculdades racionais – é imputável moralmente uma vez que o curso da ação estava sob seu comando;

(ii) A responsabilidade moral do agente reside, em última instância, em sua capacidade deliberativa. Assim, mesmo que o agente tenha recebido uma má formação durante a infância, ao atingir a idade da adulta (idade da razão) ele está em pleno uso de suas faculdades racionais. Desta maneira, para poder praticar uma determinada ação, ainda que má, o agente precisa deliberar sobre os meios para poder realizar o fim (ação má). Como já afirmado anteriormente, a prática da ação não é automática, mas sim precisa da colaboração ativa do agente, ou seja, o agente precisa deliberar, de modo que a capacidade racional do agente é o ponto de sustentação para uma teoria da responsabilidade moral na *EN*. E, não nos cansamos

<sup>19</sup> Cf. BRICKHOUSE, 1991, p. 145.

<sup>20</sup> ARISTÓTELES, *NE* 1112b 12 (Tradução de Terence Irwin). “We deliberate not about ends, but about what promotes ends.”

de enfatizar que, a responsabilidade moral que tem por base a capacidade deliberativa do agente, defendida neste artigo, somente pode ser atribuída ao agente que ainda não tem o seu estado de caráter fixado. Nos referimos aqui a um período de tempo transitório que se situa após a infância e anteriormente a completa fixação do estado de caráter.

Disto conclui-se que a professora Jean Roberts executa uma leitura errônea da *EN*, de modo que a concepção de responsabilidade moral contida nesta obra não pode ser reduzida à concepção platônica que afirma que o vício é fruto meramente da ignorância. Assim, após uma leitura atenta da *EN*, bem como do texto de Brickhouse chega-se à conclusão que a interpretação padrão da *EN* – interpretação que defende a leitura de uma teoria da responsabilidade moral em Aristóteles – deve ser mantida e defendida. De forma que, ao contrário do que afirma Roberts, não existe um determinismo estrito na ética aristotélica, uma vez que a *liberdade* é possível. Ou seja, o caráter não é determinado pela formação infantil do agente e sim por sua capacidade deliberativa durante a idade da razão.

\*\*\*

### Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Nicomachean Ethics*. Tradução de Terence Irwin. Cambridge: Hackett Publishing Company, 1999.

BRICKHOUSE, Thomas C. “Roberts on Responsibility for Action and Character in the Nicomachean Ethics”, in *Ancient Philosophy*, Pittsburgh/Pensilvânia, USA, n. 11, pp. 137-148, Spring, 1991.

ROBERTS, Jean. “Aristotle on Responsibility for Action and Character”, in *Ancient Philosophy*, Pittsburgh/Pensilvânia, USA, n. 9, pp. 23-36, Spring, 1989.